

Discurso proferido pelo Deputado
GERALDO RESENDE (PPS/MS),
em sessão no dia 11 / 04 /2006.

A VIOLÊNCIA SEPULTANDO A LEGITIMIDADE

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

É notória nossa atuação nesta Casa a favor das minorias, entre elas os indígenas, que ainda sofrem os reflexos da devastação promovida pelos não-índios não só em seu território, mas também em sua cultura, sua dignidade, sua vida.

Entendemos que há legitimidade em várias das demandas dos indígenas e por elas temos lutado dentro do campo institucional, usando como armas os instrumentos que nos são ofertados pelo Estado Democrático de Direito, em especial os ofertados em razão de nossa privilegiada posição

como representantes do povo nesta Câmara Federal, como foi o caso da Comissão Externa para averiguação “in loco” das mortes de crianças indígenas por desnutrição em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Contudo, costumamos dizer que a violência é o sepulcro de toda legitimidade. A violência obsta a razão e a violência extrema, a ofensa à vida, merece extremado repúdio.

Foi com imensa tristeza que recebemos a notícia da morte de dois agentes policiais civis provocada por pauladas, tiros e facadas, numa ação bárbara creditada a um grupo de índios guaranis-caiuás.

Os fatos se deram na região chamada Porto Cambira, no município de Dourados, onde índios desaldeados estão acampados e permanecem com autorização do Tribunal Regional Federal em ação judicial competente

Os policiais teriam ido no final da tarde, numa viatura descaracterizada, cumprir um mandato de prisão nas redondezas do acampamento, por onde passaram.

Segundo declaração de um Delegado da Polícia Civil à imprensa, os policiais foram abordados na “ida”, tendo um deles desferido um tiro pra cima, para dispersar o grupo de indígenas. Ocorre que os policiais teriam voltado pelo mesmo caminho, momento em que, novamente abordados, por dezenas de indígenas, já não conseguiram se desvencilhar dos indígenas, que por sua vez estariam reagindo em defesa por pensarem que se tratavam de seguranças contratados pelos fazendeiros da região para amedrontá-los.

Fica evidente o clima de tensão que se vive no campo em Mato Grosso do Sul, por conflitos envolvendo tanto indígenas quanto trabalhadores sem-terra.

Especificamente no caso dos indígenas, existe um pacto firmado entre órgãos públicos e a Funai, no sentido de ser-lhe comunicada com antecedência qualquer ação

judicial ou administrativa em área indígena, mesmo porque, na seara policial, a competência, mesmo em áreas em litígio, é da Polícia Federal. Consta que não teria havido tal comunicação.

Qualquer que seja a verdade, que com certeza se revelará no competente procedimento criminal, o fato é que nada, absolutamente nada justifica o uso de violência, tanto menos quando essa violência se traduz em ceifar vidas humanas.

Um dos policiais recebeu além de pancadas por todo o corpo, oito golpes de punhal. Vejam, é uma medida de violência inexplicável, que somente pode ser respondida pela sociedade com uma investigação séria e rápida, que leve à inexorável condenação do, ou dos, responsáveis nos rigores da lei penal brasileira, mesmo que se trate de indígena.

Não estamos aqui para estabelecer premissas que justifiquem, atenuem ou agravem os fatos. Estamos sim,

levantando nossa voz contra a violência e pela paz no campo.

Reconhecemos que a sociedade brasileira tem uma dívida social histórica quase impagável para com os indígenas, mas em absoluto isso não lhes dá o direito, nos dias de hoje, de resgatá-la a ferro e fogo.

O conflito agrário tem manchado o chão pantaneiro com o sangue de nossa própria gente, sangue de irmãos. Isso é inadmissível venha de onde vier, seja pela causa que for.

Gratos pela atenção.

Deputado GERALDO RESENDE
PPS/MS